1 **ATA 2849 SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA** – Aos oito dias do mês de março de dois
2 mil e vinte e três, às nove horas e quarenta e cinco minutos, teve início a segunda
3 milésima octingentésima quadragésima nona Sessão Plenária Ordinária, do Conselho
4 Estadual de Educação, atividades presenciais e webconferência, conduzida pelo
5 Presidente do CEE, Roque Theophilo Júnior. Participaram os Conselheiros Ana Teresa
6 Gavião Almeida Marques Mariotti, Bernardete Angelina Gatti, Claudio Kassab, Cláudio
7 Mansur Salomão, Débora Gonzalez Costa Blanco, Eduardo Augusto Vella Gonçalves
8 (participação remota), Ghisleine Trigo Silveira, Hubert Alquéres, Iraide Marques de Freitas
9 Barreiro (participação remota), Kátia Cristina Stocco Smole, Marcia Aparecida Bernardes,
10 Maria Alice Carraturi, Maria Eduarda Queiroz de Moraes Sawaya, Marlene Aparecida
11 Zanata Schneider, Mauro de Salles Aguiar e Pollyana Fátima Gama Santos (participação
12 remota). **01.** A Ata 2848 de 01/03/2023 foi aprovada por unanimidade. **02.** Ausência dos
13 Conselheiros: Décio Lencioni Machado, Eliana Martorano Amaral, Laura Laganá, Rose
14 Neubauer, Thiago Lopes Matsushita e Valdenice Minatel Melo de Cerqueira. **03.**
15 **SORTEIO DE PROCESSOS:** Câmara de Educação Básica: 2023/00035 e 2022/00044.
16 Câmara de Educação Superior: 2020/00511; 2021/00386; 2022/00457; 2022/00411;
17 2022/00374; 2022/00447; 2022/00338; 2022/00373; 2022/00431; 2022/00432;
18 2022/00479; 2022/00328; 2022/00365; 2022/00426; 2022/00417; 2022/00381;
19 2022/00337; 2020/00054; 2022/00375; 2022/00357; 2022/00220; 2022/00221;
20 2020/00020 e 2022/00078. **04. AVISOS E COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA:** **a)**
21 Saudou a todas as mulheres presentes, pelo Dia Internacional da Mulher, oferecendo uma
22 rosa para cada uma delas. **b)** lançamento, no dia 07/03, do Livro Educação em Pauta
23 2022: desafios da educação básica no Brasil. O livro tem como Coordenadora a
24 Professora Maria Helena Guimarães de Castro, ex-Conselheira deste CEE, e como
25 autoras, as Cons^{as} Kátia Cristina Stocco Smole e Maria Alice Carraturi. Cumprimentos da
26 Presidência às citadas Conselheiras pelo excelente trabalho desenvolvido. **c)** Resultado
27 de pesquisa de opinião com professores - Educação Já 2022 (Todos Pela Educação). **d)**
28 convite da Presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia do Estado de São Paulo /
29 8^a Região – Ana Cláudia Martins – para a solenidade em comemoração ao Dia do
30 Bibliotecário, a realizar-se no próximo dia 17 de março, às 19h, na Sala Adoniram
31 Barbosa, do Centro Cultural São Paulo, localizado na Rua Vergueiro, 1000 – Paraíso –
32 São Paulo; **e)** a Cons. Eliana Martorano Amaral irá representar o CEE na cerimônia de
33 lançamento da Cátedra Instituto Ayrton Senna de Inovação em Avaliação Educacional e
34 posse de sua titular, professora Maria Helena Guimarães de Castro, no próximo dia 10 de
35 março, às 10h30, a ser realizada no Instituto de Estudos Avançados Polo Ribeirão Preto
36 (IEA-RP) da USP. **05. PALAVRA ABERTA AOS CONSELHEIROS:** **a** Cons^a **Débora**
37 **Gonzalez Costa Blanco** comentou sobre a autorização de polo de apoio presencial –
38 EaD – Centro de Mídias da Seduc, principalmente sobre o número de vagas.
39 Manifestaram-se sobre o assunto as Cons^{as} Márcia Aparecida Bernardes, Cons^a Kátia
40 Cristina Stocco Smole, Ghisleine Trigo Silveira e Bernardete Angelina Gatti. A Cons^a Ana
41 Teresa Gavião Almeida Marques Mariotti falou sobre sua participação na Semana Reggio
42 Emilia – Patrimônio Teórico e Prático da Educação Infantil, onde 32 países participaram e
43 três assuntos foram tratados: 1) significado da participação da família na escola; 2)
44 neurociência e filosofia, atuando juntas, entrelaçadas principalmente nos 1000 primeiros
45 dias de vida; 3) pobreza educativa mais acentuada no período pós-pandemia, e que
46 afetou, principalmente, o desenvolvimento motor e socioemocional. A Cons^a **Kátia**
47 **Cristina Stocco Smole** destacou que o último Censo publicado mostra o aumento do
48 número de alunos na EJA. A escola tem falhado muito porque tem expulsado os
49 adolescentes que não terminam o EM regular e migram para o EJA e reforça a sugestão
50 da Cons^a Rose Neubauer quanto as informações do Censo. Outro assunto que tem
51 percebido é que os posicionamentos sérios, identificados neste Conselho, com relação
52 aos cursos da área de Saúde, incomodam algumas instituições por conta das horas de

1 estágio. Ghisleine Trigo Silveira reitera parabéns a todas as professoras, as estudantes,
2 funcionárias, principalmente todas as mulheres que atuam no Magistério, pelo Dia
3 Internacional da Mulher. O **Cons. Mauro de Salles Aguiar** comentou sobre a estatística
4 que trata do analfabetismo por estado, no Brasil, citando o caso do Ceará (3.9%);
5 Pernambuco (11.9%); Bahia (12%); São Paulo (2%); mostrando que o marketing pessoal
6 dos políticos interferem muito nesses resultados. Sobre a fala do Cons. Mauro,
7 manifestaram-se os Cons^{os} Ghisleine, Ana Teresa, Hubert e Márcia. A **Cons^a Pollyana**
8 **Fátima Gama Santos** comentou que, felizmente, as condições de trabalho para as
9 mulheres atualmente apresentaram algumas melhoras, principalmente com a revolução
10 tecnológica e existencial. Falou com muita sensibilidade sobre as experiências e
11 conquistas das mulheres de sua família e cumprimentou a todas as mulheres pelo dia
12 Internacional da Mulher. O Cons. Cláudio Mansur Salomão registrou a presença e saudou
13 a Dr^a Márcia Ruiz, Diretora da Academia de Polícia do Estado de São Paulo. O **Cons.**
14 **Hubert Alquéres** deu as boas-vindas à Dr^a Márcia e a cumprimentou pelos excelentes
15 cursos apresentados. Registrou e agradeceu a presença de Nicolas Oliver, do Movimento
16 Estudantil EM – eleito líder dos gremistas de sua região. Cumprimentou a todas as
17 mulheres que hoje representam a maioria no Conselho Estadual de São Paulo. Sobre os
18 trabalhos da Comissão Especial de Comemoração dos 60 Anos do CEE, disse que
19 algumas ideias já surgiram como: sessão solene, seminário, palestras e muitas outras.
20 Sobre a visita ao Colégio Bandeirantes a ideia é a de que a própria reunião do CEE e das
21 Câmaras sejam realizadas no Bandeirantes, conforme sugestão do Cons. Roque, após
22 um almoço e em seguida uma visita pelo Colégio, para conhecer o Projeto Pedagógico do
23 Colégio. Referindo-se à fala do Cons. Mauro sobre o Censo, a **Cons^a Márcia Bernardes**
24 citou relatos de algumas experiências de alunos oriundos da escola pública. **06.**
25 **MATÉRIA DELEGADA** aprovada em 01/03/2023, nos termos da Deliberação CEE
26 157/2017. **6.1** - Indicação de Especialistas da CES para o Proc.: 2022/00494. **6.2** -
27 Pareceres aprovados – **CEESP-PRC-2022/00079** _ Centro Estadual de Educação
28 Tecnológica Paula Souza / FATEC Sorocaba. **Parecer CEE 106/2023** _ da Câmara de
29 Educação Superior, relatado pelo Cons. Décio Lencioni Machado. Deliberação: 2.1
30 Aprova-se, com fundamento na Deliberação CEE 171/2019, o pedido de Renovação do
31 Reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Projetos Mecânicos, oferecido pela
32 FATEC Sorocaba, do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, pelo prazo
33 de três anos. 2.2 A Instituição deverá observar as recomendações dos Especialistas no
34 próximo ato avaliatório. 2.3 A IES deverá atender a Resolução CNE/CES 07/2018, que
35 estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. 2.4 A presente
36 renovação do reconhecimento tornar-se-á efetiva por ato próprio deste Conselho, após
37 homologação deste parecer pela Secretaria de Estado da Educação. **CEESP-PRC-**
38 **2021/00416** _ Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza / FATEC Itaquera.
39 **Parecer CEE 107/2023** _ da Câmara de Educação Superior, relatado pelo Cons. Décio
40 Lencioni Machado. Deliberação: 2.1 Aprova-se, com fundamento na Deliberação CEE
41 171/2019, o pedido de Renovação do Reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia
42 em Mecânica – Processos de Soldagem, oferecido pela FATEC Itaquera, do Centro
43 Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, pelo prazo de quatro anos. 2.2 A
44 Instituição deverá observar as recomendações dos Especialistas no próximo ato
45 avaliatório. 2.3 A IES deverá atender à Resolução CNE/CES 07/2018, que estabelece as
46 Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. 2.4 A presente renovação do
47 reconhecimento tornar-se-á efetiva por ato próprio deste Conselho, após homologação
48 deste Parecer pela Secretaria de Estado da Educação. **CEESP-PRC-2022/00155** _ USP /
49 Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" / Piracicaba. **Parecer CEE 108/2023** _
50 da Câmara de Educação Superior, relatado pela Cons^a Rose Neubauer. Deliberação: 2.1
51 Aprova-se, com fundamento nas Deliberações CEE 171/2019 e 154/2017, o pedido de
52 Renovação de Reconhecimento do Curso de Bacharelado e Licenciatura em Ciências

1 Biológicas, oferecido pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” / Piracicaba,
2 da Universidade de São Paulo, pelo prazo de cinco anos. 2.2 A Instituição deverá, no
3 próximo pedido de renovação de reconhecimento, observar o preconizado no Art. 47 da
4 Deliberação CEE 171/2019. 2.3 Encaminhe-se à Reitoria da USP, cópia da Deliberação
5 CEE 171/2019, com especial atenção ao § 3º, Art. 47. 2.4 A IES deverá atender à
6 Resolução CNE/CES 07/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na
7 Educação Superior Brasileira. 2.5 Convalidam-se os atos acadêmicos praticados durante
8 o período em que o Curso permaneceu sem Reconhecimento. 2.6 A presente renovação
9 do reconhecimento tornar-se-á efetiva por ato próprio deste Conselho, após homologação
10 deste Parecer pela Secretaria de Estado da Educação. **CEESP-PRC-2019/01277** _
11 Centro de Formação de Recursos Humanos para o SUS/SP “Dr. Antônio Guilherme de
12 Souza”. **Parecer CEE 109/2023** _ da Câmara de Educação Superior, relatado pelo Cons.
13 Décio Lencioni Machado. Deliberação: 2.1 Nos termos deste Parecer e com fundamento
14 na Deliberação CEE 197/2021, toma-se conhecimento da adequação do Projeto
15 Pedagógico do Curso de Especialização em Sistematização da Assistência de
16 Enfermagem – Unidade Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu /
17 UNESP, e da comunicação de nova turma encaminhado pelo Centro de Formação de
18 Recursos Humanos para o SUS/SP “Dr. Antonio Guilherme de Souza”. **CEESP-PRC-**
19 **2022/00401** _ Escola de Educação Permanente do Hospital das Clínicas da Faculdade de
20 Medicina da USP. **Parecer CEE 110/2023** _ da Câmara de Educação Superior, relatado
21 pela Consª Iraíde Marques de Freitas Barreiro. Deliberação: 2.1 Nos termos deste
22 Parecer e com fundamento na Deliberação CEE 197/2021, toma-se conhecimento da
23 adequação do Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Fisioterapia em
24 Terapia Intensiva, Urgência e Emergência, com um mínimo de 15 (quinze) e um máximo
25 de 25 (vinte e cinco) vagas, e a comunicação de nova turma, com início em 03/03/2023 e
26 término em 31/03/2024, encaminhado pela Escola de Educação Permanente do Hospital
27 das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP. **CEESP-PRC-2022/00261** _ Faculdade
28 de Medicina de Jundiaí. **Parecer CEE 111/ 23** _ da Câmara de Educação Superior,
29 relatado pela Consª Iraíde Marques de Freitas Barreiro. Deliberação: 2.1 Nos termos
30 deste Parecer e com fundamento na Deliberação CEE 197/2021, toma-se conhecimento
31 da adequação do Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Formação em
32 Estratégias de Desenvolvimento Institucional e Gerencial de Serviços de Saúde, com 60
33 (sessenta) vagas, e da comunicação de nova turma, encaminhado pela Faculdade de
34 Medicina de Jundiaí. **CEESP-PRC-2022/00368** _ Escola de Educação Permanente do
35 Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP. **Parecer CEE 112/2023** _ da
36 Câmara de Educação Superior, relatado pela Consª Iraíde Marques de Freitas Barreiro.
37 Deliberação: 2.1 Nos termos deste Parecer e com fundamento na Deliberação CEE
38 197/2021, toma-se conhecimento da adequação do Projeto Pedagógico do Curso de
39 Especialização em Odontologia - Disfunção Têmporomandibular e Dor Orofacial, com 2
40 (duas) vagas, encaminhado pela Escola de Educação Permanente do Hospital das
41 Clínicas da Faculdade de Medicina da USP. **CEESP-PRC-2020/00382** _ Centro de
42 Formação de Recursos Humanos para o SUS/SP “Dr. Antônio Guilherme de Souza”.
43 **Parecer CEE 113/2023** _ da Câmara de Educação Superior, relatado pela Consª Iraíde
44 Marques de Freitas Barreiro. Deliberação: 2.1 Nos termos deste Parecer e com
45 fundamento na Deliberação CEE 197/2021, toma-se conhecimento da adequação do
46 Projeto Pedagógico do Curso de Especialização Multiprofissional em Infectologia –
47 Unidade Instituto de Infectologia Emílio Ribas, com um mínimo de 8 (oito) e um máximo
48 de 24 (vinte e quatro) vagas/ano, e da comunicação de nova turma com início previsto em
49 01/03/2023 e término em 26/12/2023, encaminhado pelo Centro de Formação de
50 Recursos Humanos para o SUS/SP “Dr. Antonio Guilherme de Souza. **CEESP-PRC-**
51 **2022/00335** _ Escola de Educação Permanente do Hospital das Clínicas da Faculdade de
52 Medicina da USP. **Parecer CEE 114/2023** _ da Câmara de Educação Superior, relatado

1 pelo Cons. Hubert Alquéres. Deliberação: 2.1 Nos termos deste Parecer e com
2 fundamento na Deliberação CEE 197/2021, toma-se conhecimento da alteração no
3 Projeto do Curso de Especialização em Psicologia em Hospital Geral e da comunicação
4 de nova turma de 30 alunos no máximo, com previsão de início em 01/03/2023 e término
5 em 28/02/2024, encaminhado pela Escola de Educação Permanente do Hospital das
6 Clínicas da Faculdade de Medicina da USP. **CEESP-PRC-2022/00358** _ Escola de
7 Educação Permanente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP.
8 **Parecer CEE 115/2023** _ da Câmara de Educação Superior, relatado pelo Cons. Hubert
9 Alquéres. Deliberação: 2.1 Nos termos deste Parecer e com fundamento na Deliberação
10 CEE 197/2021, toma-se conhecimento da Alteração no Projeto do Curso de
11 Especialização em Enfermagem em Pronto Socorro e comunicação de nova turma de 02
12 alunos no máximo, com previsão de início em 01/03/2023 e término em 28/02/2024,
13 encaminhado pela Escola de Educação Permanente do Hospital das Clínicas da
14 Faculdade de Medicina da USP. **CEESP-PRC-2022/00430** _ Escola de Educação
15 Permanente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP. **Parecer CEE**
16 **116/2023** _ da Câmara de Educação Superior, relatado pelo Cons. Hubert Alquéres.
17 Deliberação: 2.1 Nos termos deste Parecer e com fundamento na Deliberação CEE
18 197/2021, toma-se conhecimento da adequação do Projeto do Curso de Especialização
19 em Nutrição Hospitalar com ênfase em Oncologia e da comunicação de nova turma de 35
20 alunos no máximo, com previsão de início em 13/03/2023 e término em 09/03/2024,
21 encaminhado pela Escola de Educação Permanente do Hospital das Clínicas da
22 Faculdade de Medicina da USP. **CEESP-PRC-2022/00478** _ Escola de Educação
23 Permanente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP. **Parecer CEE**
24 **117/2023** _ da Câmara de Educação Superior, relatado pelo Cons. Hubert Alquéres.
25 Deliberação: 2.1 Nos termos deste Parecer e com fundamento na Deliberação CEE
26 197/2021, toma-se conhecimento da alteração no Projeto do Curso de Especialização em
27 Métodos Diagnósticos em Ressonância Magnética e da comunicação de nova turma de
28 02 alunos no máximo, com previsão de início em 01/03/2023 e término em 28/02/2024,
29 encaminhado pela Escola de Educação Permanente do Hospital das Clínicas da
30 Faculdade de Medicina da USP. **PAUTA: Proc. 2022/00050**. Interessada: Escola Técnica
31 Rhema. Relatora: Cons^a Marlene Aparecida Zanata Schneider – CEB. Na Sessão
32 Plenária de 01/03/2023, o Cons. Décio Lencioni Machado solicitou vista por uma Sessão.
33 Na Sessão Plenária de 08/03/2023, tendo em vista a ausência do Cons. Décio, a
34 discussão foi adiada por uma Sessão. **CEESP-PRC-2022/00235** _ Centro de Ensino
35 Método / São Paulo. O **Parecer CEE 118/2023** _ da Câmara de Educação Básica,
36 relatado pelo Cons. Cláudio Kassab. Deliberação: 2.1 Nos termos deste Parecer, e com
37 fundamento nas Deliberações CEE 191/2020 e 207/2022, autoriza-se o funcionamento do
38 Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Veterinária, do Centro de
39 Ensino Método, CNPJ 14.675.196/0001-29, localizado na Avenida Jabaquara, 1114 e
40 1324, Mirandópolis, São Paulo, SP, na modalidade EaD, pelo prazo de cinco anos. 2.2
41 Aprova-se o Plano do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em
42 Veterinária, na modalidade EaD, do Centro de Ensino Método. 2.3 Cabe à Interessada, de
43 acordo com o § 3º do artigo 10 da Deliberação CEE 191/2020, solicitar à Diretoria de
44 Ensino Região Centro-Oeste a instalação do Curso de Educação Profissional Técnica de
45 Nível Médio em Veterinária na modalidade a distância. 2.4 Envie-se cópia do Plano de
46 Curso aprovado por este Parecer para carimbo e rubrica da Assessoria Técnica deste
47 Conselho, que o manterá à disposição da Supervisão de Ensino à qual a instituição de
48 ensino está jurisdicionada, sempre que solicitada. 2.5 Autoriza-se a oferta de 100 (cem)
49 vagas anuais para ingresso no curso, devendo ser observados os limites impostos pelas
50 condições físicas, operacionais e pedagógicas da Instituição para o atendimento dos
51 alunos. 2.6 Recomenda-se que a Instituição esclareça aos matriculados no Curso em tela
52 sobre os objetivos e perfil dos egressos. 2.7 Envie-se cópia deste Parecer ao Interessado,

1 à DER Centro-Oeste, à Coordenadoria Pedagógica – COPED e à Coordenadoria de
2 Informação, Tecnologia, Evidência e Matrícula – CITEM. **SEDUC-EXP-2021/402943** _
3 Secretaria de Estado da Educação / Conselho Estadual de Educação (referente ao
4 Ricardo Pracidelli Instituto Educacional ME – Colégio Criação). O **Parecer CEE 119/2023**
5 _ do Conselho Pleno, relatado pelo Conselheiros Cláudio Mansur Salomão e Hubert
6 Alquéres. Deliberação: PUBLICAÇÃO NA ÍNTEGRA: EXPEDIENTE: SEDUC-EXP-
7 2021/402943. INTERESSADOS: Secretaria de Estado da Educação / Conselho Estadual
8 de Educação (referente ao Ricardo Pracidelli Instituto Educacional ME – Colégio Criação).
9 ASSUNTO: Funcionamento irregular de instituição de ensino. RELATORES: Conselheiros
10 Claudio Mansur Salomão e Hubert Alquéres. PARECER CEE 119/2023 - CP - Aprovado
11 em 08/03/2023. CONSELHO PLENO: 1. RELATÓRIO. 1.1 HISTÓRICO: Trata-se de
12 expediente encaminhado ao CEE pela Chefia de Gabinete da Secretaria de Estado da
13 Educação – SEDUC em 25/07/2022 contendo solicitação da douta Consultoria Jurídica da
14 Pasta com as seguintes colocações: a. O Inquérito Civil Público 132/16 foi instaurado pelo
15 Ministério Público Estadual a fim de apurar “a falta de medidas eficazes adotadas pela
16 Secretaria de Estado da Educação para coibir o funcionamento irregular de
17 estabelecimentos privados em seu sistema de ensino”; b. O IC também aponta a
18 “aparente ausência de mecanismos administrativos para que possa fazer cumprir suas
19 próprias decisões”; c. Não foi localizada “manifestação expressa” do Conselho Estadual
20 de Educação sobre o funcionamento irregular de instituição de ensino apesar de ser
21 órgão competente “para regular, disciplinar e atuar na autorização de funcionamento e
22 cassação de escolas privadas”; d. Importante que a administração “esclareça e justifique
23 quais as providências adota, à luz da afirmação de ineficácia e ausência de mecanismos
24 administrativos para fazer valer as suas decisões, na hipótese em que as escolas, mesmo
25 após ter sua autorização de funcionamento cassada, se recusam a cumprir suas
26 obrigações, de entrega de documentos escolares, transferência de alunos, e ainda
27 continuam exercendo atividades educacionais de forma irregular (realizando matrículas,
28 ministrando aulas, provas e avaliações, etc)”; e. Quais “medidas são hoje adotadas diante
29 do funcionamento irregular de estabelecimentos privados de ensino e quais poderiam ou
30 não ainda ser adotadas, em decorrência do princípio de autotutela e do exercício do poder
31 de polícia”; f. A análise da matéria precisa ser objeto de “manifestações profundas e bem
32 fundamentadas” do Conselho Estadual de Educação. O Expediente também foi
33 encaminhado à Coordenadoria Pedagógica - COPED da SEDUC com as mesmas
34 colocações. Em sua resposta, a COPED informa que “as providências a serem tomadas
35 pelas Diretorias de Ensino devem estar de acordo com o disposto na Indicação CEE
36 136/2015” deste Colegiado, cujo assunto é “Encaminhamento de expedientes indevidos
37 para o Conselho Estadual de Educação”. O Inquérito Civil foi instaurado em 2016 para
38 apuração de irregularidades praticadas pelo Colégio Criação – Escola Ricardo Pracidelli
39 Instituto Educacional ME, localizado à Rua Joaquim de Oliveira Freitas, 720, Vila
40 Mangalot - São Paulo. No decorrer do processo, o MP ampliou o alcance da apuração,
41 passando a questionar outros encaminhamentos de escolas irregulares. O Ministério
42 Público do Estado de São Paulo também realizou reunião, em 07/04/2022, com
43 Procuradores do Estado que atuam na Consultoria Jurídica da Seduc. Neste encontro foi
44 feita uma exposição do objeto do IC e informado que: a) o MP tem recebido demandas
45 das próprias DREs para atuar em casos de cassação de autorização de estabelecimentos
46 de ensino ou quando constatado o funcionamento de estabelecimentos sem autorização
47 da SEDUC; b) faz-se necessária orientação jurídica da PGE para que a Administração
48 possa exercer seu poder de medida de polícia administrativa ou para que adote as
49 medidas judiciais por intermédio da própria PGE. Os Procuradores do Estado informaram
50 que não haviam se deparado ainda com este tipo de demanda e que iriam adotar as
51 providências necessárias para solução do problema (fls. 404). O expediente tramitou pela
52 Consultoria Jurídica da Pasta e pela COPED, com envio a este Colegiado para

1 manifestação. 1.2 APRECIACÃO: O Conselho Estadual de Educação é órgão de Estado,
2 com assento constitucional, e atribuições, organização e composição definidas na Lei
3 Estadual 10.403/1971. O Colegiado é o órgão normativo, consultivo e deliberativo do
4 sistema de ensino do Estado de São Paulo. A este Colegiado compete zelar pelo
5 cumprimento das normas regulamentares de suas funções, como o faz no desempenho
6 de suas competências legais. No âmbito da solicitação da Consultoria Jurídica da Seduc,
7 temos duas situações a serem consideradas: estabelecimentos de ensino autorizados
8 dentro das normas deste Colegiado, mas irregulares quanto ao cumprimento das regras
9 legais e que eventualmente devem ser objeto de cassação de autorização; e os
10 estabelecimentos cujo funcionamento ocorre sem autorização alguma, ou seja, funcionam
11 ao arrepio da lei. Algumas considerações e manifestações devem ser realizadas sob a
12 ótica deste CEE: (A) Estabelecimento de ensino autorizado, mas que não cumpre as
13 normas. A Constituição Federal estabelece que compete aos Estados autorizar,
14 reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das
15 instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino, bem
16 como legislar complementarmente para seu sistema de ensino (artigo 10). Atualmente
17 esta competência é contemplada por diversas normas emanadas por este colegiado. Em
18 especial, a Deliberação CEE 138/2016 “Fixa normas para autorização de funcionamento e
19 supervisão de estabelecimentos e cursos de educação infantil, ensino fundamental, médio
20 e de educação profissional de nível técnico, no sistema estadual de ensino de São Paulo”
21 e que estabelece: “Art. 21 A falta de atendimento aos padrões de qualidade e a ocorrência
22 de irregularidade de qualquer ordem no funcionamento do estabelecimento de ensino,
23 serão objeto de diligência ou sindicância instauradas pela autoridade competente. § 1º
24 Aos procedimentos sindicantes dar-se-á tratamento preferencial e sigiloso, no âmbito
25 administrativo. § 2º Cautelarmente, poderá ocorrer a suspensão de novas matrículas em
26 cursos de instituições submetidas a sindicância para cassação de seu funcionamento. §
27 3º Com base em informações da Comissão Sindicante, poderá ocorrer a suspensão do
28 visto confere, desde que essas informações apontem que as irregularidades sob
29 apuração estejam diretamente ligadas à vida escolar do aluno. Art. 22- A cassação de
30 autorização de funcionamento de estabelecimento de ensino ou de curso dependerá da
31 comprovação de irregularidades graves, por meio de sindicância, assegurado o direito ao
32 contraditório e à ampla defesa. § 1º - A cassação de que trata o caput caberá ao órgão
33 competente, que providenciará a publicação do ato administrativo no Diário Oficial do
34 Estado, assim como a sua comunicação ao Ministério Público, para as devidas
35 providências. § 2º - Caberá à Diretoria Regional de Ensino a guarda do acervo do
36 estabelecimento de ensino.” A Resolução SE 51, de 1º de novembro de 2017, emitida
37 pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, “Dispõe sobre o cumprimento do
38 disposto na Deliberação CEE 138/2016, quanto ao processo de autorização de
39 funcionamento e supervisão de estabelecimentos de ensino e cursos da rede privada de
40 ensino presencial, nos diferentes níveis e modalidades, integrantes do Sistema Estadual
41 de Ensino de São Paulo” e estabelece que: “Artigo 2º - Fica delegada ao Coordenador da
42 Coordenadoria de Gestão da Educação Básica - CGEB competência para instaurar
43 sindicância e cassar a autorização de funcionamento de cursos e estabelecimentos de
44 ensino particulares da educação básica presencial, nos diferentes níveis e modalidades,
45 após processo de sindicância, nos termos da Deliberação CEE nº 138/2016, sob
46 responsabilidade da Comissão de Supervisores de Ensino, designada mediante portaria
47 da autoridade competente. § 1º - O ato de cassação da autorização de funcionamento,
48 referido no caput deste artigo, será publicado após manifestação da Consultoria Jurídica
49 da Pasta, que examinará as formalidades processuais. § 2º - Caberá interposição de
50 recurso ao Secretário de Estado da Educação, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da
51 publicação do ato de cassação, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.177, de
52 30.12.1998.” Além disto: “Artigo 3º - A Assistência Técnica do Coordenador da CGEB, no

1 uso das atribuições previstas no artigo 78 do Decreto nº 57.141/2011, deverá: I – assistir
2 o Coordenador da CGEB e demais autoridades da Secretaria da Educação quanto aos
3 procedimentos operacionais necessários ao processo de acompanhamento,
4 monitoramento e avaliação de cursos e estabelecimentos de ensino particulares da
5 educação básica, nos diferentes níveis e modalidades presenciais; II – orientar as
6 comissões de sindicância indicando os procedimentos pertinentes e adequados a cada
7 situação; III – acompanhar o andamento dos processos de sindicância em escolas da
8 rede privada de ensino; IV – colaborar com o Centro de Vida Escolar – CVESC, do
9 Departamento de Planejamento e Gestão da Rede Escolar e Matrícula - DEGREM, da
10 CGEB, no que concerne: a) à regularização da vida escolar de alunos e à propositura de
11 medidas saneadoras; b) às orientações à Comissão de Verificação de Vida Escolar –
12 CVVE, da Diretoria de Ensino, após a publicação do ato de cassação do estabelecimento
13 de ensino, para regularização e convalidação da vida escolar dos alunos e ex-alunos.”
14 Desta forma fica evidente que a Norma estabelece a sistemática a ser obedecida em
15 casos de estabelecimentos de ensino autorizados a funcionar, mas que não estejam
16 respeitando suas obrigações, deveres e regras a serem seguidas. Nos casos em que,
17 depois de um processo de sindicância justo e transparente, resultar na cassação da
18 autorização de funcionamento do estabelecimento de ensino, ele deixa de existir. Se a
19 instituição, mesmo cassada, insistir em funcionar, a situação passa a ser a do item (B)
20 desta Indicação. (B) Estabelecimentos cujo funcionamento ocorre sem autorização. O
21 CEE ao se deparar com o encaminhamento de expedientes que tratam de denúncias de
22 supostas irregularidades cometidas por escolas, empresas ou escritórios não vinculados
23 ou não autorizados a funcionar no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, aprovou a
24 Indicação CEE 136/2015, nos seguintes termos: “Deve-se lembrar que o Conselho
25 Estadual de Educação é um órgão normativo, deliberativo e consultivo do Sistema de
26 Ensino do Estado de São Paulo, a quem compete, além de outras atribuições: - formular
27 os objetivos e traçar normas para a organização do Sistema de Ensino do Estado de São
28 Paulo; (g.n.) - fixar normas para a instalação e funcionamento de estabelecimentos de
29 ensino de educação básica mantidos pelo Estado, e aprovar os respectivos regimentos e
30 suas alterações; (g.n.) - fixar normas para a instalação, autorização de funcionamento e
31 reconhecimento de estabelecimentos de ensino de educação básica, municipais ou
32 privados, bem como para a aprovação dos respectivos regimentos e suas alterações;
33 (g.n.) - fixar normas para a fiscalização dos estabelecimentos referidos nos itens
34 anteriores, dispondo inclusive sobre casos de cassação de funcionamento ou de
35 reconhecimento; (gg.nn.) - fixar normas e decidir sobre a cassação de autorização de
36 funcionamento ou de reconhecimento de qualquer curso ou escola vinculados ao Sistema
37 de Ensino do Estado de São Paulo, (g.n.) - promover correições em qualquer
38 estabelecimento vinculado ao Sistema Estadual de Ensino e sugerir providências; (g.n.) -
39 emitir parecer sobre assuntos ou questões de sua competência, que lhe sejam
40 submetidos pelo Governo do Estado. Pelo exposto, observa-se que as atribuições e
41 competências do Conselho Estadual de Educação estão definidas em lei. Em resumo, o
42 Conselho delibera sobre matérias que dizem respeito ao Sistema de Ensino do Estado de
43 São Paulo. Em se tratando de estabelecimentos de ensino, são aqueles mantidos pelo
44 Estado de São Paulo, pelas Prefeituras Municipais do Estado de São Paulo que não
45 constituíram sistema, e pela iniciativa privada, desde que autorizados pelos órgãos
46 competentes. Estes estabelecimentos de ensino serão regulados pelo Conselho e
47 fiscalizados pelos órgãos da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Em sentido
48 contrário, fica claro que ao Conselho Estadual de Educação é vedado emitir pareceres e
49 deliberar sobre matéria que está fora da sua competência. Este Colegiado não pode
50 promover correições, fiscalizar ou cassar cursos, escolas, empresas, escritórios que não
51 são vinculados ao Sistema Estadual de Ensino. Portanto, pela presente Indicação,
52 recomenda-se aos órgãos de supervisão e às autoridades de ensino em geral que,

1 quando forem comunicadas sobre possíveis irregularidades cometidas por escolas,
2 empresas, escritórios que não pertencem ao Sistema Estadual de Ensino do Estado de
3 São Paulo, orientem os reclamantes a procurarem as autoridades competentes, entre
4 elas, os serviços de defesa do consumidor (Procon, Decon), a Delegacia de Polícia local,
5 o Ministério Público e a Prefeitura Municipal, para a denúncia. Essa comunicação de
6 irregularidade não deve gerar expediente na Pasta da Educação e, da mesma forma, não
7 deve ser encaminhada ao Conselho Estadual de Educação. Nessas situações, apesar da
8 manifesta ilegalidade e prejuízo à coletividade, o CEESP com fulcro no poder de
9 polícia/fiscalização que lhe foi conferido pela legislação de regência, não pode coibir esse
10 tipo de conduta praticado por essas entidades privadas de ensino, uma vez, repita-se, sua
11 atuação se dá por meio da atividade regulatória, que encontram-se delimitada pela
12 legislação aplicável à espécie, a qual não prevê nenhuma atuação nesse sentido. Assim,
13 reforça-se, o CEESP não tem competência para, administrativamente, fiscalizar
14 instituições que oficialmente não fazem parte do sistema regular de ensino. A título
15 ilustrativo e com a finalidade de permitir uma melhor compreensão dos argumentos acima
16 deduzidos, cumpre citar trecho da ementa de julgado do Tribunal Regional Federal da 4ª
17 Região, em que se aborda os limites subjetivos da competência de atuação do Ministério
18 da Educação em casos de entidade clandestina: “[...]5. Não há como se reclamar do ente
19 federal uma atuação repressiva, com a supervisão de todo e qualquer curso superior
20 oferecido no país, sem que lhe tenha sido dado prévio conhecimento da sua existência
21 através da apresentação de um projeto conforme as normas procedimentais
22 estabelecidas pelo MEC, ou então, por meio de representação levada a efeito por órgãos
23 representativos do corpo docente ou discente nos moldes do artigo 46 do Decreto n.º
24 5.773/2006, porque isto importaria exigir dele uma atuação onisciente e onipresente,
25 impossível de se alcançar na atual estrutura do Estado Brasileiro, além de violar o
26 ordenamento jurídico pátrio.[...]” (Egrégia 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª
27 Região, nos autos da apelação Nº 2005.72.07.004829-4/SC, volto condutar da ilustre
28 desembargador ROGER RAUPP RIOS). Não cabe, portanto, qualquer incursão
29 repressiva por parte do CEESP, em situações análogas a que restou decidida no julgado
30 acima transcrito. (C) Considerações adicionais. Nos casos de funcionamento de
31 estabelecimentos que pretendem prestar serviços de ensino, mas que não contam com a
32 devida autorização, as autoridades devem agir rapidamente para fechar a instituição e
33 impedir que continue operando. Isso pode envolver ações judiciais contra a instituição e
34 seus administradores, incluindo multas e outras penalidades. É importante garantir que
35 todos os estudantes e funcionários associados à instituição sejam informados sobre a
36 situação e recebam o suporte adequado para ajudá-los a encontrar oportunidades
37 educacionais alternativas. Isso pode incluir a transferência de alunos para outras
38 instituições ou o fornecimento de outros recursos educacionais. Em geral, a chave deveria
39 ser a tomada de medidas decisivas para garantir que a instituição deixe de operar e que
40 as necessidades educacionais de seus alunos sejam atendidas por meios alternativos.
41 Isso requer um esforço coordenado por parte das autoridades, instituições e outras partes
42 interessadas para garantir que os direitos e boa-fé das pessoas sejam protegidos. Com
43 relação ao conceito de poder de polícia, o Código Tributário Nacional, no artigo 78, traz a
44 seguinte descrição: “Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração
45 pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de
46 ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à
47 higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de
48 atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à
49 tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.
50 Parágrafo único. Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando
51 desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do
52 processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso

1 ou desvio de poder.” Pode-se destacar o aspecto relevante do regime jurídico geral do
2 poder de polícia como: “É regida pelos princípios constitucionais que norteiam a
3 Administração genericamente: legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.
4 Inclui-se na legalidade, a observância das normas relativas à competência para exercer o
5 poder de polícia na matéria e no âmbito territorial sobre os quais incide”. Inobstante o
6 poder de fiscalização legalmente atribuído ao CEE, certo é que a legislação vigente não
7 atribuiu ao CEE e a SEDUC poder de polícia repressiva para atuação contra instituições
8 que integrem ou não o Sistema de Ensino do Estado de São Paulo. Esta competência foi
9 concedida às autoridades policiais, aos órgãos municipais de fiscalização e ao Ministério
10 Público, este último para com prerrogativa legal “promover o inquérito civil e a ação civil
11 pública, para a proteção, a prevenção e a reparação dos danos causados ao patrimônio
12 público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico,
13 estético, histórico, turístico e paisagístico, e a outros interesses difusos, coletivos,
14 homogêneos e individuais indisponíveis “ (artigo 103, VIII da Lei Complementar 734, de
15 26 de novembro de 1993). Sabe-se que há uma grande diferença entre o Poder de Polícia
16 Administrativa (preventivo) e o Poder de Polícia Judiciária (repressivo). Com efeito, o
17 Poder de Polícia Administrativa, igual ao praticado por este E. CEESP é essencialmente
18 preventivo, enquanto o Poder de Polícia Judiciária, necessário para fechar o
19 estabelecimento clandestino, é repressivo. Aliás, esses são os ensinamentos do professor
20 Diógenes Gasparini em sua obra Direito Administrativo, 8ª Edição, Editora Saraiva, SP.
21 Portanto, sem prejuízo da adoção de eventual “impulso” da comunicação a quem de
22 direito, acerca da necessidade de apuração de eventual ilegalidade, e até mesmo de
23 modo a afastar eventual alegação de “crime omissivo próprio”, e com fundamento na
24 Constituição Federal e na Legislação estadual, especialmente a Lei 10.403/1971 de
25 reorganização do Conselho Estadual de Educação, reforça-se o contido na Indicação
26 CEE 136/2015, de que não cabe a este Colegiado exercer poder de polícia repressivo
27 contra instituições de ensino pertencentes ou não ao Sistema de Ensino do Estado de
28 São Paulo, em razão da previsão legal de que os atos administrativos para autuação,
29 interdição e lacração de estabelecimentos de ensino irregulares serão executados pelas
30 autoridades competentes, entre elas, os serviços de defesa do consumidor (Procon,
31 Decon), a Delegacia de Polícia local, o Ministério Público e a Prefeitura Municipal. 2.
32 CONCLUSÃO: 2.1 Responda-se à Chefia de Gabinete da Secretaria de Estado da
33 Educação – SEDUC, nos termos deste Parecer. São Paulo, 03 de março de 2023. a)
34 Cons. Claudio Mansur Salomão – Relator. a) Cons. Hubert Alquéres – Relator.
35 DELIBERAÇÃO PLENÁRIA: O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por
36 unanimidade, a decisão do Conselho Pleno, nos termos do Voto dos Relatores. Sala
37 “Carlos Pasquale”, em 08 de março de 2023. Cons. Roque Theophilo Júnior – Presidente.
38 **CEESP-PRC-2019/00014** _ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio
39 Pardo. O **Parecer CEE 120/2023** _ da Câmara de Educação Superior, relatado pela
40 Consª Bernardete Angelina Gatti, foi aprovado por unanimidade. Deliberação: 2.1
41 Autoriza-se, com fundamento nas Deliberações CEE 171/2019 e 111/2012, alterada pela
42 Deliberação CEE 154/2017, o funcionamento do Curso de Licenciatura em Ciências da
43 Natureza, proposto pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio
44 Pardo, nos termos do projeto final apresentado, com 40 vagas semestrais. 2.2 A presente
45 autorização tornar-se-á efetiva por ato próprio deste Conselho, após homologação deste
46 Parecer pela Secretaria de Estado da Educação. **CEESP-PRC-2021/00494** _ Instituto
47 Brasileiro de Educação Profissional do Estado de São Paulo. O **Parecer CEE 121/2023** _
48 da Câmara de Educação Básica, relatado pela Consª Débora Gonzalez Costa Blanco foi
49 aprovado por unanimidade. Deliberação: 2.1 Nos termos deste Parecer e com
50 fundamento na Deliberação CEE 191/2020, indefere-se o pedido de criação do Polo de
51 Apoio Presencial em São Carlos – SP, solicitado pelo IBRESP – Instituto Brasileiro de
52 Educação Profissional do Estado de São Paulo, mantido pelo Instituto de Educação

1 Profissional do Estado de São Paulo Ltda. – IBRESP/SP, situado à Rua Treze de Maio,
2 2.327, Jardim São Carlos, São Carlos – SP, CNPJ/MF sob o nº 14.691.958/0001-80, para
3 ministrar o Curso Técnico em Transações Imobiliárias, do eixo tecnológico de Gestão e
4 Negócios, na modalidade a distância. 2.2 Envie-se cópia deste Parecer ao Interessado, à
5 Diretoria de Ensino – Região de São Carlos, à Coordenadoria Pedagógica – COPED e à
6 Coordenadoria de Informação, Tecnologia, Evidência e Matrícula – CITEM. **CEESP-PRC-
7 2022/00076** _ Instituto Brasileiro de Educação Profissional do Estado de São Paulo. O
8 **Parecer CEE 122/2023** _ da Câmara de Educação Básica, relatado pela Cons^a Débora
9 Gonzalez Costa Blanco foi aprovado por unanimidade. Deliberação: 2.1 Nos termos deste
10 Parecer e com fundamento na Deliberação CEE 191/2020, indefere-se o pedido de
11 criação do Polo de Apoio Presencial Penha no município de São Paulo, solicitado pelo
12 IBRESP – Instituto Brasileiro de Educação Profissional do Estado de São Paulo, mantido
13 pelo Instituto de Educação Profissional do Estado de São Paulo Ltda. – IBRESP/SP,
14 situado à Rua Itinguçu, 1.717, Vila Ré – Penha, São Paulo – SP, CNPJ/MF sob o nº
15 14.691.958/0001-80, para ministrar o Curso Técnico em Transações Imobiliárias, do eixo
16 tecnológico de Gestão e Negócios, na modalidade a distância. 2.2 Envie-se cópia deste
17 Parecer ao Interessado, à Diretoria de Ensino – Região Leste 1, à Coordenadoria
18 Pedagógica – COPED e à Coordenadoria de Informação, Tecnologia, Evidência e
19 Matrícula – CITEM. **CEESP-PRC-2022/00139** _ Centro Universitário Anhanguera
20 Pitágoras Ampli /Santo André. A pedido da Cons^a Ghisleine Trigo Silveira o processo foi
21 retirado de pauta para retorno à CEB. **CEESP-PRC-2021/00523** _ Escola CEJAM –
22 Associação para o Desenvolvimento de Serviço de Saúde – ASAS. O **Parecer CEE**
23 **123/2023** _ da Câmara de Educação Básica, relatado pela Cons^a Rosângela Aparecida
24 Ferini Vargas Chede, foi aprovado por unanimidade. Deliberação: 2.1 Nos termos deste
25 Parecer e da Deliberação CEE 191/2020, indefere-se o pedido de Credenciamento e de
26 autorização de funcionamento do Curso Técnico em Enfermagem, na modalidade EaD, à
27 Rua Humaitá, 349, sobreloja, Bela Vista, CEP 01321- 010 - São Paulo – SP, solicitado
28 pela Associação para o Desenvolvimento de Serviços de Saúde - Asas, CNPJ
29 33.643.335/0001-87. 2.2 Envie-se cópia deste Parecer à Interessada, à DER Centro Sul,
30 à Coordenadoria Pedagógica – COPED e à Coordenadoria de Informação, Tecnologia,
31 Evidência e Matrícula – CITEM. **CEESP-PRC-2022/00299, CEESP-PRC-2022/00300 e**
32 **CEESP-PRC-2022/00301** _ Liceutec Professor Roberto Pacheco de Oliveira / Barretos. O
33 **Parecer CEE 124/2023** _ da Câmara de Educação Básica, relatado pelo Cons. Mauro de
34 Salles Aguiar, foi aprovado por unanimidade. Deliberação: Nos termos deste Parecer e
35 com fundamento na Deliberação CEE 191/2020: 2.1 Aprova-se o pedido de
36 Credenciamento da Instituição Liceutec Professor Roberto Pacheco de Oliveira / Barretos,
37 situada à Avenida Gonçalves 2200, Bairro Flosi, CEP: 14781-250, Barretos/SP, inscrita no
38 CNPJ 23.006.766/0001-89, para ministrar educação a distância, pelo prazo de três anos.
39 2.2 Autoriza-se o funcionamento do Curso Técnico em Administração, na modalidade a
40 distância, da Instituição Liceutec Professor Roberto Pacheco de Oliveira / Barretos,
41 situada à Avenida Gonçalves 2200, Bairro Flosi, CEP: 14781-250, Barretos/SP, inscrita no
42 CNPJ 23.006.766/0001-89. 2.3 Aprova-se o Plano do Curso Técnico em Administração,
43 na modalidade a distância. 2.4 Cópia do Plano de Curso Técnico em Administração
44 aprovado por este Parecer deve ser enviada para carimbo e rubrica da Assessoria
45 Técnica deste Conselho e mantida à disposição da Supervisão de Ensino, a qual esteja
46 jurisdicionada, sempre que solicitada. 2.5 Autoriza-se a oferta de 200 vagas para ingresso
47 no Curso Técnico em Administração, sendo estas vinculadas aos limites impostos pelas
48 condições físicas, operacionais e pedagógicas da Instituição para o atendimento dos
49 alunos. 2.6 Autoriza-se o funcionamento do Curso Técnico em Eletrotécnica, na
50 modalidade a distância, da Instituição Liceutec Professor Roberto Pacheco de Oliveira /
51 Barretos, situada à Avenida Gonçalves 2200, Bairro Flosi, CEP: 14781-250, Barretos/SP,
52 inscrita no CNPJ 23.006.766/0001-89. 2.7 Aprova-se o Plano do Curso Técnico em

1 Eletrotécnica, na modalidade a distância. 2.8 Cópia do Plano de Curso Técnico em
2 Eletrotécnica aprovado por este Parecer deve ser enviada para carimbo e rubrica da
3 Assessoria Técnica deste Conselho e mantida à disposição da Supervisão de Ensino, a
4 qual esteja jurisdicionada, sempre que solicitada. 2.9 Autoriza-se a oferta de 200 vagas
5 para ingresso no Curso Técnico em Eletrotécnica, sendo estas vinculadas aos limites
6 impostos pelas condições físicas, operacionais e pedagógicas da Instituição para o
7 atendimento dos alunos. 2.10 Indefere-se a Autorização de Funcionamento do Curso
8 Técnico em Enfermagem, modalidade a distância, da Instituição Liceutec Professor
9 Roberto Pacheco de Oliveira / Barretos, situada à Avenida Gonçalves 2200, Bairro Flosi,
10 CEP: 14781-250, Barretos/SP, inscrita no CNPJ nº 23.006.766/0001-89. 2.11 Envie-se
11 cópia deste Parecer ao Interessado, à DER Barretos, à Coordenadoria Pedagógica –
12 COPED e à Coordenadoria de Informação, Tecnologia, Evidência e Matrícula – CITEM.
13 **SEDUC-EXP-2022/578398**_ Diretoria de Ensino Região Mauá. O **Parecer CEE 125/2023**
14 _ da Câmara de Educação Básica, relatado pelo Cons. Mauro de Salles Aguiar, foi
15 aprovado por unanimidade. Deliberação: 2.1 Responda-se à Diretoria de Ensino da
16 Região Mauá, nos termos deste Parecer e da Deliberação CEE 190/2020, com cópia à
17 Chefia de Gabinete da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, à Assistência
18 Técnica da Coordenadoria Pedagógica – COPED e à Coordenadoria de Informação,
19 Tecnologia, Evidência e Matrículas – CITEM. Nada a mais havendo a tratar, às doze
20 horas e cinquenta minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão. Eu, Aurea
21 Maia Egéa lavrei, datei e assinei a presente Ata que, após lida e achada conforme, foi
22 assinada pelos presentes. São Paulo 08 de março de
23 2023.....
24 Roque Theophilo Junior.....
25 Ana Teresa Gavião Almeida Marques Mariotti.....
26 Bernardete Angelina Gatti.....
27 Claudio Kassab.....
28 Claudio Mansur Salomão.....
29 Débora Gonzalez Costa Blanco.....
30 Eduardo Augusto Vella Gonçalves.....
31 Ghisleine Trigo Silveira.....
32 Hubert Alquéres.....
33 Iraíde Marques de Freitas Barreiro.....
34 Kátia Cristina Stocco Smole.....
35 Marcia Aparecida Bernardes.....
36 Maria Alice Carraturi.....
37 Maria Eduarda Queiroz de Moraes Sawaya.....
38 Marlene Aparecida Zanata Schneider.....
39 Mauro de Salles Aguiar.....
40 Pollyana Fatima Gama Santos.....